

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

## 3



*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Ivonete Barreto de Amorim  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

## 3



*Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Ivonete Barreto de Amorim  
(Organizadores)*



**Atena**  
Editora

Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista

Maria Alice Pinheiro

**Edição de Arte**

Luiza Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Ivonete Barreto de Amorim

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Ivonete Barreto de Amorim. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-203-6

DOI 10.22533/at.ed.036202007

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Amorim, Ivonete Barreto de.

CDD 379.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, aqui está o resultado de um trabalho feito em várias mãos, que envolve estudantes e pesquisadores de vários contextos do Brasil. Do lado de cá, na organização, professores com experiências e trajetórias diferentes usufruindo da confiança que receberam da Atena Editora, organizaram em 3 volumes, com dois eixos temáticos cada um, os 71 textos que culminam na Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”.

Uma temática atual e necessária, pois, coloca no centro da discussão científica a educação e seus atores, adornando, um diálogo que perpassa pelos aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse cenário (educacional), novos e velhos problemas se encontram, e, por isso, se torna um cenário carente de políticas públicas educacionais eficazes. Socializar resultados de experiências e investigações que foram desenvolvidos muitas das vezes em contextos educacionais, primando pela resolução de problemas sociais de ordem diversas, é primordial.

O volume 3 da Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, é constituído de 23 textos, organizados em dois eixos temáticos por onde perpassam temas, que para nós da educação, nos são caros, tais como: aprendizagem, cidadania, ensino, escola, formação de professores, políticas públicas, pós-graduação, privatização, teorias do currículo, entre outros. Diante o exposto, percebe-se que temos aí, temas que são propulsores para uma boa reflexão. A tod@s, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Maria Teresa Ribeiro Pessoa  
Ivonete Barreto de Amorim

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O USO DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Kleide Ferreira de Jesus Suely Cristina Soares da Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0362020071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
PROJETO DE HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA ESTADUAL FREI AMBRÓSIO – CÁCERES – MATO GROSSO - BRASIL	
Maura Rodrigues Palocio Adriely Luiza Ferreira Raoni de Cáceres Menezes Aleixo Luciana Melhorança Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0362020072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
OS MANUAIS DIDÁTICOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950 E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Eder Ahmad Charaf Eddine Lícia Mara Pinheiro Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0362020073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>27</b>
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO DE CASO, SITUAÇÕES DE OPRESSÃO VIVENCIADA POR MORADORES DA CIDADE DE CÁCERES - MT	
Amanda de Souza Vila Débora Oliveira de Marchi de Mei Dayanne Carla de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0362020074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>36</b>
PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS	
Walace Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0362020075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>46</b>
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS	
Jerry Wendell Rocha Salazar Edinólia Lima Portela	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0362020076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>56</b>
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)	
Matheus Lucas Silva de Souza Fabiana Araújo Nogueira	

Alda Maria Duarte Araújo Castro

DOI 10.22533/at.ed.0362020077

**CAPÍTULO 8 ..... 69**

PRÁTICA DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUAL CAMINHO?

Tânia Mara dos Santos Bassi

Vilma Miranda de Brito

DOI 10.22533/at.ed.0362020078

**CAPÍTULO 9 ..... 83**

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Roberta Cristine de Andrade Passos

DOI 10.22533/at.ed.0362020079

**CAPÍTULO 10 ..... 92**

QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Xirlaine dos Anjos Sousa

William Santos Nascimento

Géssica Natália Campos

DOI 10.22533/at.ed.03620200710

**CAPÍTULO 11 ..... 100**

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS?

Emilly Amorim Medeiros

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03620200711

**CAPÍTULO 12 ..... 111**

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marinete Aparecida Martins

Leonardo Mendes Bezerra

Leo Victorino da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200712

**EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II**

**CAPÍTULO 13 ..... 120**

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Rafael Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03620200713

**CAPÍTULO 14 ..... 127**

SIMULADOR DE GASES

Guilherme Tavares Tel

Gabriel Felipe de Souza Gomes

Gabriel Tolardo Colombo

Isabela Antunes de Souza Lima

Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.03620200714

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>133</b>
THE REI MAGOS FORTRESS. BRAZIL. - AN ARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SIXTEENTH CENTURY FORTIFICATION	
Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque Veleda Christina Lucena de Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>158</b>
O USO DA TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA VIRGILIA BEZERRA DE LIMA, DELMIRO GOUVEIA – AL	
Wilma Lima Maciel José Fábio Oliveira Conceição Maria Dias de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>173</b>
UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA	
Pedro Geraldo Saadi Tosi Lamia Jorge Saadi Tosi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>188</b>
UMA BREVE REVISÃO SOBRE TEORIAS DO CURRÍCULO	
João Paulo Buraneli Mantoan Rodrigo Leite da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>214</b>
PROGRAMA ALEGRIA - O USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DA MATERNIDADE	
Claudia de Lima Ribeiro Ana Paula Vieira dos Santos Esteves Mairon Mota da Silva Olinda Cizoski França Lara Emily Gomes Fernandes Viana Otávio Silva do Canto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
UTILIZANDO UM JOGO VIRTUAL PARA ENFATIZAR CONCEITOS DE GRANDEZAS FÍSICAS NO ESTUDO DA ATMOSFERA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
José Carlos de França Erlânia Lima de Oliveira Antônio Kalielso Silveira de Mendonça Rafael Castelo Guedes Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.03620200721</b>	

**CAPÍTULO 22 ..... 231**

VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS

Fábio Proença de Carvalho  
Robert Delano de Souza Correa  
André Filipe Soares Ramos  
Cristina de Souza Domingues Raposo

**DOI 10.22533/at.ed.03620200722**

**CAPÍTULO 23 ..... 247**

VÍDEO DE AULA PRÁTICA LABORATORIAL COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS

Maria Karoline Leite Andrade  
Ana Livia de Araújo Pessoa  
Beatriz Lima Arnaud  
Claísa Andrea Freitas Rabelo  
João Mário Pompeu de Sousa Brasil  
Lenice Matos Lima  
Letícia Michelle Lima de Araújo  
Nildyane Carvalho Pontes  
Sofia Barros Freire  
Stefannie Alves Torres  
Victor Vincent Moraes de Lima

**DOI 10.22533/at.ed.03620200723**

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 254**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 256**

## VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 20/06/2020*

### **Fábio Proença de Carvalho**

UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte/ Minas Gerais

fabioppcc@hotmail.com

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8321523U8>

### **Robert Delano de Souza Correa**

UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais

Nova Lima/ Minas Gerais

prof.robertcorrea@hotmail.com

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4327377D1>

### **André Filipe Soares Ramos**

UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte/ Minas Gerais

andre.fsr2@gmail.com

### **Cristina de Souza Domingues Raposo**

UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte/ Minas Gerais

para.cristina@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é verificar a viabilidade financeira do projeto de parceria público-privada para a educação mineira. A discussão é necessária, pois além da

atualidade do tema, trata-se de uma reflexão sobre o uso dos recursos públicos, sobretudo os de longo prazo e vultoso montante. A metodologia se baseou na comparação dos valores dos investimentos da PPP e do serviço prestado diretamente pelo Estado de Minas Gerais. Os resultados da pesquisa apontam para uma escolha pouco adequada do ponto de vista financeiro e de interesse público, uma vez que o Estado gastará mais com a PPP do que realizando o serviço público diretamente. A conclusão é que, com o valor de investimento previsto no Edital de Concorrência Pública o Estado poderia atender 2,63 vezes mais alunos do que a PPP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Viabilidade financeira, parceria público-privada, Edital de Concorrência.

### FINANCIAL VIABILITY OF THE PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIP PROJECT IN SCHOOLS OF MINAS GERAIS

**ABSTRACT:** The goal of this article is to verify the financial viability of the public-private partnership project for the education of Minas Gerais. The discussion is needed because, not only it is a current theme, it brings a reflection

about the use of public resources, especially those with long deadlines and large sums. The methodology was based on the comparison between the invested values of the PPP and the service provided directly by the State of Minas Gerais. The results of the research point to an inadequate choice from a public interest and financial point of view, since the State will spend more with the PPP than by providing the public service directly. The conclusion is that, with the invested amount predicted by the Public Concurrency Announcement, the State could serve 2.63 times the number of students compared to the PPP.

**KEYWORDS:** Financial viability, public-private partnership, Public Concurrency Announcement.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Estado desempenha diversos papéis e funções para atender ao interesse público. Para Carvalho Filho (2008), a convivência entre Estado e sociedade vem se alternando ao longo dos anos e é afetada por fatores políticos, sociais, econômicos, históricos, geográficos, entre outros. Existem períodos em que o Estado se distancia do seu poder de gerir a sociedade. Em outras ocasiões, no entanto, o Estado mostra-se imperioso e interventivo.

Ainda de acordo com o autor (2008), a Constituição brasileira busca uma posição intermediária na relação Estado e sociedade<sup>1</sup>. Assim, de acordo com a Carta Magna (BRASIL, 2018a), o intervencionismo estatal na economia é limitado (art. 174). No entanto, existem dispositivos que versam sobre a livre iniciativa (art. 170), e o livre exercício de atividades econômicas (art. 170, parágrafo único). No lado social, a Constituição (BRASIL, 2018a) elenca a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; bem como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como parte dos quatro objetivos fundamentais da República (art. 3º).

A mesma posição intermediária se aplica a educação. O Estado não pode se eximir de prestar serviços educacionais, uma vez que este é um dever constitucional imposto pelo artigo 205 (BRASIL, 2018a). A educação, no entanto, é um serviço não-exclusivo (BRESSER-PEREIRA, 2006), podendo ser oferecida também pelo setor privado e não-governamental.

O Estado pode realizar parcerias com a iniciativa privada para prestar serviços educacionais – como a proposta da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG). O Edital de Concorrência Pública da SEE-MG propõe a delegação da execução das obras de implantação e prestação de serviços não-pedagógicos, de operação e manutenção, para Unidades de Ensino da Rede Pública (MINAS GERAIS, 2017a).

O modelo sugerido pelo Governo de Minas Gerais engloba tanto uma quantidade expressiva de escolas (128), quanto um significativo aporte financeiro de R\$

---

1 Ao falar de Estado e sociedade, Carvalho Filho (2008) não diferencia sociedade e mercado.

11.300.228.868,96, num prazo de 30 anos (MINAS GERAIS, 2017f). Considerando os aspectos acima mencionados, surge a seguinte questão: o Edital de Concorrência de parceria público-privada é viável financeiramente em comparação ao serviço prestado diretamente pelo Estado? Desse modo, tem-se por objetivo verificar se o custo das escolas mantidas pela parceria público-privada é superior ao das instalações de ensino que são geridas diretamente pelo Estado de Minas Gerais. Para tanto, foi necessário obter o valor *per capita* do aluno no período de um ano, que é resultado da divisão: Número de alunos atendidos pelas futuras escolas / Total de recursos aplicados no período de um ano.

O número de alunos atendidos – referente ao ano de 2017 – foi retirado do Censo Escolar (BRASIL, 2017). Já o denominador contou com duas fontes distintas de informação, dependendo da forma como o gasto seria realizado. Se os recursos viessem da parceria público-privada, o montante investido seria obtido através de dados retirados do Edital de Concorrência Pública (MINAS GERAIS, 2017a), bem como seus Anexos. Por outro lado, se os gastos com unidades escolares fossem realizados diretamente pelo Estado, os dados seriam extraídos do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2018).

A PPP será dispendiosa para o Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017f) e, se ela não for viável do ponto de vista financeiro, pode resultar não só na escolha da alternativa mais ineficiente, como também em prejuízos. A discussão da temática é de fundamental importância para a reflexão sobre o papel do Estado e do mercado na execução de serviços públicos. Trata-se de uma reflexão sobre os investimentos financeiros estatais – sobretudo os de longo alcance e de vultoso montante.

## 2 | PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

De acordo com Robertson e Verger (2012), para um melhor entendimento da definição de parceria público-privada é necessário resgatar o contexto da crise do projeto de desenvolvimento capitalista na década de 1970 e a introdução da economia de livre mercado como o modelo dominante de organização da agenda política e econômica.

Conforme Abrucio (2006), a crise dos anos 70 afetou o Estado em sua totalidade. Nesse cenário, o corte de gastos – que inclui tanto a redução de funcionários quanto a necessidade de aumentar a eficiência – tornou-se prioridade.

Diversos teóricos, como os da Escola de Chicago<sup>2</sup>, alegaram que a crise foi consequência da alta intervenção do governo na economia, uma vez que eram indispensáveis altos tributos para financiar os serviços públicos. Dweck (2000) afirma que os teóricos da Escola de Chicago acreditavam que o Estado não deveria possuir empresas, uma vez que a iniciativa privada é mais eficiente que o setor público. “Este

---

2 Nome pelo qual ficou conhecido o grupo de economistas – cujo principal nome é Milton Friedman – advindos da Universidade de Chicago (CORAZZA, KREMER, 2003).

questionamento postulava a tese de que os governos são passíveis de falhas e só as forças de mercado, atuando livremente, seriam capazes de promover a alocação dos recursos eficientemente” (DWECK, 2000, p. 151).

Influído pelo pensamento neoliberal, o Brasil implementou, em 1995, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), que trouxe conceitos novos para a Administração Pública, tais como: governança, parceria e atendimento ao cidadão. Para tanto, a Administração Pública Gerencial precisaria ser mais eficiente e flexível, com ênfase na redução de custos. Não é por acaso que um dos objetivos globais da Reforma Gerencial é a redução do tamanho do Estado: “Limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada” (BRASIL, 1995, p. 45).

No contexto da Reforma Gerencial do Estado, surgiram novas formas de alocação do investimento público. A ideia de que o Estado pode promover diretamente o desenvolvimento social e econômico, dá lugar a noção de que o Estado deva apenas regulamentar e promover indiretamente esse desenvolvimento (FRANCO; PAMPLONA, 2008). No entanto, o Estado brasileiro teve e tem que se esforçar para que haja a efetivação tanto dos direitos<sup>3</sup>, quanto do princípio eficiência<sup>4</sup>. Para esse fim, diversos mecanismos foram pensados e criados no Ordenamento Jurídico como, por exemplo, as parcerias público-privadas.

A PPP é um contrato administrativo de concessão. Embora o seu conceito seja amplo e divergente (SOUTO, 2006), é possível identificar pontos comuns entre as concepções de alguns autores. Trata-se de um ajuste firmado entre Administração Pública e a iniciativa privada em que há compartilhamento de riscos. Tais Parcerias são realizadas para ofertar e implantar empreendimentos e/ou serviços de interesse público (SOUTO, 2006).

Conforme Roberston e Verger (2012), as PPPs surgiram como um mecanismo promissor que seria capaz de minimizar os danos causados pelas formas anteriores de privatização, mesmo sem abandoná-las. No entanto, as PPPs não devem ser confundidas com privatizações, uma vez que “[...] as privatizações implicam a alienação de ativos públicos ao setor privado, enquanto nas PPP ocorre o inverso: ao término do contrato, a infra-estrutura (sic) implementada é transferida ao setor público” (BRITO; SILVEIRA, 2005, p. 9).

No Brasil, a parceria público-privada foi regulamentada através da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Pelos termos dessa Lei, a PPP é um contrato de prestação de obras ou serviços, com valor não inferior a 20 milhões de reais e duração entre 5 e

---

3 Direitos, a exemplo dos sociais como saúde, educação, moradia, alimentação, entre outros, estão previstos na Constituição Federal (BRASIL, 2018a).

4 “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 2018a).

35 anos (BRASIL, 2004). Di Pietro (1996) conceitua, respectivamente, as modalidades patrocinada e administrativa.

[...] a parceria público-privada é contrato administrativo de concessão que tem por objeto (a) a execução de serviço público, precedida ou não de obra pública, remunerada mediante tarifa paga pelo usuário e contraprestação pecuniária do parceiro público, ou (b) a prestação de serviço de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, com ou sem execução de obra e fornecimento e instalação de bens, mediante contraprestação do parceiro público (DI PIETRO, 1996, p. 161).

O Estado de Minas Gerais regulamentou as parcerias público-privadas antes da União, através da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003 (MINAS GERAIS, 2003). Minas Gerais é o Estado da Federação com o maior número de PPPs assinadas e o maior montante de recursos destinados a essas contratações (MINAS GERAIS, 2016a). Entre os contratos em execução encontram-se as PPPs: da Rodovia MG-050; do Complexo Penal; do Mineirão; do Aeroporto Regional da Zona da Mata; dos Resíduos Sólidos Urbanos; e da Ampliação do Sistema Adutor Rio Manso.

## 2.1 Parcerias público-privadas e a educação

As parcerias público-privadas são um modelo de contratação recente na educação brasileira. A assinatura do primeiro contrato de PPP voltado para a educação foi em 2012, em Belo Horizonte (MARTINS, 2015).

De acordo com Rodrigues (2015), é possível destacar dois tipos<sup>5</sup> mais comuns de PPPs na educação: o financiamento público para escolas privadas existentes e a atuação privada em escolas públicas. O financiamento público para escolas privadas existentes – mais conhecido como sistema de *vouchers* – é utilizado em países como Chile, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Hungria e Colômbia<sup>6</sup>. “Por esse sistema, o governo fornece os recursos financeiros para o aluno, o “*voucher*”, e este escolhe a escola privada que deseja frequentar” (RODRIGUES, 2015, p. 44).

Ainda segundo Rodrigues (2015), a atuação privada em escolas públicas tem dois modelos principais: as PPPs de infraestrutura escolar e os contratos de gestão privada das escolas públicas. O modelo de gestão privada vale para escolas já construídas, nele o governo “[...] contrata e remunera um privado para que este seja responsável por toda a operação da escola, incluindo desde os serviços educacionais até a manutenção da infraestrutura” (RODRIGUES, 2015, p. 45). Já no modelo de infraestrutura escolar, o privado constrói e realiza a manutenção de escolas por um período de 20 a 30 anos, ficando excluídos os serviços de natureza pedagógica.

Acredita-se que o objetivo da realização de PPPs seja melhorar o quadro geral da

5 Existem outros tipos, como o *Charter Schools* utilizado nos Estados Unidos. Pelo *Charter Schools* qualquer instituição ou grupo de pessoas podem montar uma escola e receber recursos do governo, desde que cumpram exigências prévias (MARTINS, 2015).

6 O modelo adotado varia de acordo com o país. A Colômbia, por exemplo, utiliza os *vouchers*, porém o contrato de concessão é condicionado ao desempenho dos alunos (RODRIGUES, 2015).

educação nas localidades em que forem implantadas. Dessa forma, o agente privado e o setor público poderão aproveitar o longo prazo de contrato e unir forças para resolver os problemas do ensino, sobretudo os relacionados à infraestrutura.

A infraestrutura escolar – enquanto estrutura física – pode representar mais do que a qualidade da construção, estado de conservação do edifício e os equipamentos nele presentes. Autores como Barbosa e Fernandes (2001) acreditam que as condições da escola podem influenciar no desempenho do aluno. Para eles, há “[...] evidências de que as variáveis de infra-estruturas (sic) e equipamentos escolares têm forte impacto na proficiência dos alunos e explicam 54% da variabilidade da proficiência entre escolas” (BARBOSA; FERNANDES, 2001, p. 19).

Soares Neto *et al.* (2013) verificaram que as escolas situadas em regiões rurais apresentam uma infraestrutura deficitária e que investimentos públicos poderiam ter impactos nos índices de repetência e aprendizado.

[...] o Brasil ainda está distante, não somente da equidade entre as escolas, mas também da garantia de um padrão mínimo de qualidade [...] fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente escolar mais favorável (SOARES NETO *et al.*, 2013, p. 97).

De acordo com o Sind-UTE/MG (2018), no ano de 2016, pouco mais da metade das escolas de Minas Gerais apresentaram razão alimentação<sup>7</sup> – 52,19% das unidades de ensino nos anos finais do Ensino Fundamental e 52,81% das escolas do Ensino Médio. Banheiros para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida estão presentes em somente 54,58% e 55,33% das escolas (dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, respectivamente). Outro dado é que apenas 28,50% das unidades de ensino dos anos finais do Ensino Fundamental e 35,44% das escolas do Ensino Médio possuem laboratório de ciências.

É importante destacar que a infraestrutura não é o único elemento que influencia a aprovação, a reprovação e o abandono escolar. Para autores como Barbosa e Fernandes (2001), o rendimento do aluno também dependeria de outros fatores como características individuais, relação casa-escola, condicionantes socioeconômicas da família, ambiente sociocultural da escola, entre outros.

Para melhor compreender as questões relacionadas às parcerias público-privadas de infraestrutura escolar é necessário explicitar, mesmo que brevemente, como se dá o financiamento da educação.

---

<sup>7</sup> “Razão alimentar: incorpora a existência de 4 variáveis: alimentação, cozinha, refeitório e despensa e analisa as características ideais para o fornecimento de alimentação escolar” (Sind-UTE/MG, 2018, p. 3-4).

### 3 I FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A maior fonte de financiamento dos investimentos em educação é proveniente dos recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)<sup>8</sup>, como determina o *caput* do artigo 212 da Constituição Federal:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2018a).

De acordo com Brasil (1996), os 25% da receita resultante de impostos que os Estados devem investir em educação estão divididos em impostos (incluindo multas, juros de mora, dívida ativa e juros sobre a dívida ativa) e transferências constitucionais e legais. Estão excluídas desse percentual as transferências constitucionais que o Estado faz para os municípios. Em outras palavras, a cada R\$ 1,00 – dos 4 impostos e 4 transferências constitucionais do MDE, já descontadas as transferências para os municípios – que entra no caixa do Governo, R\$ 0,25 devem ser destinados para a educação.

A educação também é mantida com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)<sup>9</sup>. O Fundeb é um fundo especial de natureza contábil, de âmbito estadual (Brasil, 2018b). Os recursos desse fundo devem respeitar um mínimo de 60% do total do repasse anual com pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (BRASIL, 2007).

Os investimentos do Fundeb devem ser alocados nas áreas prioritárias de cada ente. Nos Estados, as áreas prioritárias são o Ensino Médio e Ensino Fundamental (CMN, 2017). O Estado e os Municípios contribuem com uma parcela de seus impostos<sup>10</sup> e recebem conforme o número de alunos matriculados nas áreas de atuação prioritária, de acordo com o fator de multiplicação<sup>11</sup>. Se houver algum Estado em que o valor de recurso por aluno não atingir o mínimo definido nacionalmente, o Fundeb é complementado com recursos federais (BRASIL, 2018b).

---

8 O MDE é composto pelo: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Já as transferências referem-se ao Fundo de Participação dos Estados (FPE); a Lei Kandir (LC 87/96); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações Financeiras-Ouro (IOF-ouro) (BRASIL, 2018b).

9 O Fundeb foi criado em 2006 por meio de uma emenda à Constituição, entrando em vigor no ano de 2007 e tendo validade por 14 anos, ou seja, até o ano de 2020 (BRASIL, 2018c).

10 Os estados contribuem para o Fundeb com 20% dos seguintes impostos: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação (IPI-Exp); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Recursos da desoneração de exportações de que trata a LC 87/1996 (Lei Kandir) e Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) (CNM, 2017, p. 11-12).

11 Cada matrícula tem um peso e esse peso varia de acordo com as áreas de atuação prioritária.

Outros recursos adicionais da educação – que não compõem o cálculo do mínimo de 25% constitucionais – são: as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – como o salário-educação<sup>12</sup> –; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); as receitas de transferências de convênios para a educação (exceto FNDE) e as receitas de aplicação financeira e de operações de crédito.

#### 4 | CARACTERÍSTICAS DO EDITAL

O Edital divide as competências e responsabilidades dos envolvidos na parceria público-privada. Os Anexos I (MINAS GERAIS, 2017b) e VI (MINAS GERAIS, 2017d) enumeram os direitos e obrigações das partes envolvidas no contrato: liberação e utilização de terrenos, responsabilidade urbanística e ambiental, execução das obras, prestação de serviços, contratação de terceiros e de empregados, prestação de informações, declarações e seguros, entre outros.

A Concessionária<sup>13</sup> deve ser responsável pela proteção do patrimônio das unidades de ensino, estar permanentemente disponível para atividades de fiscalização e seguir normas internacionais como as ISOs 9.001 e 14.001. É também um dever da concessionária consultar e obter autorização para realizar alterações nos serviços presentes no escopo da concessão.

A Concessionária deve treinar, capacitar, reciclar e avaliar o desempenho dos trabalhadores, priorizando – sempre que possível – os profissionais da comunidade próxima à localização das unidades de ensino. O Anexo VI do Edital ainda reforça o caráter não pedagógico da PPP: “Coordenar e monitorar todos os serviços de sua responsabilidade interferindo da menor forma possível no funcionamento dos serviços pedagógicos da unidade de ensino” (MINAS GERAIS, 2017d, p. 15). Todas as atividades devem ser feitas de modo a preservar a continuidade do serviço público em casos como a falta de energia, greves, ausência de transportes, etc.

Por outro lado, cabe ao Poder Concedente<sup>14</sup> acompanhar, fiscalizar, avaliar os serviços e o fiel cumprimento do contrato. Em relação à fiscalização, o Estado deve comunicar por escrito qualquer falta, deficiência ou não conformidade na execução dos serviços. Além disso, ele deve indicar a substituição de qualquer funcionário da Concessionária que estiver trabalhando em desacordo com as regras. É importante salientar que é do Estado a responsabilidade de acompanhar e controlar a conduta dos usuários nas unidades de

12 “Art. 212 § 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei” (BRASIL, 2018a).

13 Concessionária: Sociedade de Propósito Específico, a ser constituída de acordo com as leis brasileiras, com a finalidade exclusiva de operar a concessão (MINAS GERAIS, 2017b).

14 “Poder Concedente: o Estado de Minas Gerais, cujas competências, durante o processo de licitação e durante a execução do contrato, serão exercidas pela Secretaria de Estado de Educação” (MINAS GERAIS, 2017b).

ensino, minimizando a ocorrência de vandalismo.

Para a resolução de conflitos foi criada uma Comissão Técnica. Essa Comissão, composta por três membros, será instituída 30 dias após a apresentação de requisição de solução de divergências entre as partes.

Com relação ao encerramento do contrato, este poderá ser rescindido – findo o prazo – quando o Poder Concedente e a Concessionária cumprirem todas as suas obrigações. Anormalmente, o contrato pode ser rescindido em hipóteses em que a Concessionária não cumpra algumas de suas obrigações legais e/ou contratuais. Da mesma forma, a relação contratual é encerrada nas hipóteses de inadimplemento ou descumprimento de prazos de pagamento pelo Poder Concedente.

## 5 | COMPARAÇÃO DOS GASTOS

Para comparar os valores dos investimentos da parceria público-privada e os feitos diretamente pelo Estado de Minas Gerais é preciso definir o valor *per capita* do aluno. Esse valor é obtido através da divisão do número de alunos atendidos sobre o total de recursos aplicados no período de um ano.

Antes de definir este valor, porém, foi necessário conhecer em que modalidade e etapa de ensino as escolas da PPP estarão inscritas. Isso porque nem o Edital, nem seus Anexos estabelecem quantas escolas ou salas são destinadas ao Ensino Fundamental, Médio ou Especial, por exemplo. Também não é informado quantos alunos serão atendidos nessas modalidades e etapas, dificultando, assim, saber o número total de alunos.

Na impossibilidade de conhecer precisamente esses dados, optou-se por fazer uma estimativa com base no Censo Escolar 2017 (BRASIL, 2017) e na Resolução nº 3205/16 da Secretaria de Estado de Educação mineira<sup>15</sup> (MINAS GERAIS, 2016b). Dessa forma, os dados da Tabela 1 mostram o número de matrículas<sup>16</sup> e o percentual de alunos presente em cada etapa e modalidade de ensino.

---

15 A Resolução da SEE/MG nº 3205/16 estabelece quantos alunos uma sala pode comportar de acordo com a etapa e modalidade de ensino. “A enturmação observará os seguintes parâmetros legais: nos anos iniciais do Ensino Fundamental: 25 (vinte e cinco) alunos por turma; nos anos finais do Ensino Fundamental: 35 (trinta e cinco) alunos por turma; no Ensino Médio: 40 (quarenta) alunos por turma; na Educação Especial: 08 (oito) a 15 (quinze) alunos por turma” (MINAS GERAIS, 2016b).

16 A Resolução da SEE/MG nº 3205/16 (MINAS GERAIS, 2016b) não define o número de alunos por sala da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Portanto, as matrículas do EJA Ensino Médio estão somadas nesta etapa. Já as matrículas do EJA Ensino Fundamental foram distribuídas proporcionalmente nos anos iniciais e anos finais. Vale ressaltar que o Ensino Infantil não é de responsabilidade estadual, portanto não foram consideradas as matrículas da pré-escola.

<b>Modalidade e etapa de ensino</b>	<b>Número de alunos matriculados</b>	<b>Porcentagem de alunos matriculados</b>
Anos iniciais do Ensino Fundamental	383.647	19,2%
Anos finais do Ensino Fundamental	718.910	36,0%
Ensino Médio	846.533	42,4%
Educação Especial	45.615	2,3%
<b>Total</b>	<b>1.994.705</b>	<b>-</b>

Tabela 1 - Número de matrículas da rede estadual de Minas Gerais  
por modalidade e etapa de ensino

Fonte: elaborado pelos autores com base em Brasil (2018e).

A lógica estabelecida é de que as escolas da PPP seguirão o número de matrículas informadas pelo Censo. Assim, por exemplo, apesar do Edital não especificar quantos alunos cursarão o Ensino Médio, entende-se que 42,4% dos alunos da PPP estarão matriculados nesta etapa de ensino.

O Anexo X do Edital (MINAS GERAIS, 2017e) informa que as 128 escolas da PPP terão um total de 1.420 salas. A aplicação proporcional do número de alunos matriculados na rede estadual em 2018 (Tabela 1) no total de salas conforme o Edital da PPP é mostrada na Tabela 2.

<b>Modalidade e etapa de ensino</b>	<b>Porcentagem de alunos matriculados</b>	<b>Número de salas</b>
Anos iniciais do Ensino Fundamental	19,2%	273
Anos finais do Ensino Fundamental	36,0%	512
Ensino Médio	42,4%	603
Educação Especial	2,3%	32
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1420</b>

Tabela 2 - Número de salas por modalidade e etapa de ensino da PPP

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (2018e) e Minas Gerais (2017e).

A Tabela 3 mostra a relação entre a distribuição proporcional das salas da PPP, a quantidade de alunos por sala – de acordo com a Resolução SEE/MG nº 3205/16 (MINAS GERAIS, 2016b) – e a quantidade de alunos por sala na PPP.

Modalidade e etapa de ensino	Distribuição proporcional das salas da PPP	Quantidade de alunos de acordo com modalidade e etapa de ensino	Quantidade de alunos por sala na PPP
Anos iniciais do Fundamental	273	25	6.828
Anos finais do Fundamental	512	35	17.912
Ensino Médio	603	40	24.105
Educação Especial	32	15	487
<b>Total</b>	<b>1420</b>	<b>-</b>	<b>49.333</b>

Tabela 3 - Quantidade de alunos que serão atendidos pela PPP

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (2018e), Minas Gerais (2016b) e Minas Gerais (2017e).

Ao considerar o número de alunos delimitado para cada etapa e modalidade de ensino é possível estabelecer que as PPPs atenderão, em média, 49.333 alunos.

O Anexo X do Edital (MINAS GERAIS, 2017e) estima o gasto anual com custos e despesas operacionais em um montante de R\$ 219.249.000,00. Dessa forma, considerando que as PPPs vão atender em média 49.333 alunos, o custo médio anual por aluno de uma escola PPP (valor *per capita* do aluno) é de R\$ 4.444,30.

Por outro lado, para calcular o custo médio anual dos alunos da rede pública estadual de Minas Gerais foram utilizados dados de valores empenhados obtidos no Portal Transparência (MINAS GERAIS, 2018), referentes ao ano de 2017. As subfunções utilizadas foram: Administração Geral, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Dos programas<sup>17</sup> referentes a essas subfunções foi excluído o Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual, Municipal e Regional. Entre as ações<sup>18</sup> foram excluídas: Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Educação; Operacionalização das Ações do Consfundeb e CAE; Pagamento de Pessoal do Magistério (uma vez que a PPP exclui os aspectos pedagógicos); e Poupança Jovem.

Considerando essas informações, o total investido pelo Estado de Minas Gerais no ano de 2017 foi R\$ 3.367.920.640,92. Dessa forma, como a rede pública estadual atende

17 Os programas utilizados foram: Apoio a administração pública; Brasil alfabetizado; Desenvolvimento da educação básica; Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio – CTPM; Educação integral e integrada; Educação para a juventude; Escola integral na Fundação Helena Antipoff; Escolas sustentáveis; Garantia dos direitos humanos; diversidade e inclusão social; Valorização e formação dos profissionais da educação.

18 As ações utilizadas foram: Administração da ação educacional regional; Apoio pedagógico complementar; Atendimento no Ensino Fundamental; Atendimento no Ensino Médio; Conectividade, cultura digital e acesso as mídias contemporâneas - Ensino Fundamental; Conectividade, cultura digital e acesso as mídias contemporâneas - Ensino Médio; Desenvolvimento do Ensino Fundamental; Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais; Desenvolvimento do Ensino Médio; Desenvolvimento do Ensino Médio - Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais; Direção superior; Educação em tempo integral - Ensino Fundamental; Educação em tempo integral - Ensino Médio; Educação Especial na perspectiva inclusiva; Gestão da infraestrutura - Ensino Fundamental; Gestão da infraestrutura - Ensino Médio; Manutenção escolar - Ensino Fundamental; Manutenção escolar - Ensino Médio; Mobilização dos jovens; Monitoramento do alfabetizador e coordenador-alfabetizador de turmas; Oficinas para escola integral; Pagamento de pessoal da educação de jovens e adultos - apoio administrativo; Pagamento de pessoal da Educação Especial - apoio administrativo; Pagamento de pessoal do Ensino Fundamental - apoio administrativo; Pagamento de pessoal do Ensino Médio - apoio administrativo; Planejamento, gestão e finanças; Plugminas; Provimento efetivo e valorização dos profissionais da educação; Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos; Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais.

1.994.705 alunos (BRASIL, 2017), o custo médio por aluno (valor *per capita* do aluno) foi de R\$ 1.688,43. A Tabela 4 compara os valores *per capita* do aluno da PPP e da rede pública estadual mineira.

	Número total de alunos (A)	Total investido (B)	Total investido por aluno (B/A)
Escolas estaduais (2017)	1.994.705	R\$ 3.367.920.640,92	R\$ 1.688,43
Escolas da PPP	49.333	R\$ 219.249.000,00	R\$ 4.444,30

Tabela 4 - Custo estimado por aluno da PPP e da rede pública de Minas no ano de 2017

Fonte: elaborado pelos autores com base em Brasil (2018e); Minas Gerais (2016b); Minas Gerais (2017e); Minas Gerais (2018).

A estimativa do valor médio investido em um aluno da PPP – R\$ 4.444,30 – será mais de duas vezes e meia maior que o valor investido em um aluno da rede pública estadual no ano de 2017 – R\$ 1.688,43. Com o valor do Edital – R\$ 219.249.000,00 por ano – seria possível atender (diretamente pelo Estado) 129.854 alunos. Em outras palavras, com o valor de investimento previsto no Edital, o Estado (sozinho) poderia atender 2,63 vezes mais alunos do que a parceria público-privada.

Além disso, o número de alunos que o Edital irá atender representa 2,5% do total de matrículas de 2017 da rede estadual de Minas Gerais. Por outro lado, o investimento para o Edital significa 6,5% do total investido no ano de 2017.

Por fim, com apenas 14,14% a mais do custo estimado por aluno da PPP é possível cobrir os custos da rede estadual de Minas Gerais e ainda incluir o Pagamento dos profissionais do magistério – que foi excluído do cálculo, uma vez que a PPP não inclui aspectos pedagógicos – ficando o custo por aluno fixado em R\$ 5.176,08.

## 6 | CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi verificar a viabilidade financeira da parceria público-privada sugerida no Edital de Concorrência Pública (MINAS GERAIS, 2017a), em comparação ao serviço prestado diretamente pelo Estado de Minas Gerais. Após obter os valores de custo por aluno – conforme estabelecido na metodologia – foi possível concluir que o investimento da PPP é maior que o valor gasto pelo Estado mineiro no ano de 2017.

Embora recente na educação brasileira, as PPPs possuem diversos tipos e já foram aplicadas em outros países. Sendo um contrato administrativo de concessão firmado entre a Administração Pública e a iniciativa privada, a PPP estabelece direitos e obrigações para ambas as partes. Assim, o Edital de Concorrência Pública lista as responsabilidades e as regras a serem seguidas pelo Poder Concedente e pela Concessionária.

O Edital exclui aspectos pedagógicos – como o pagamento de professores – e

propõe somente a delegação da execução das obras de implantação e prestação de serviços não-pedagógicos. A infraestrutura escolar, no entanto, também é um fator que pode influenciar no desempenho do aluno. Prova disto são as condições das escolas brasileiras como, por exemplo, a ausência de fornecimento de água ou rede de esgoto em um número considerável de unidades de ensino.

Para realizar o estudo, optou-se por uma metodologia que permitisse a comparação entre os valores de investimento da PPP e os realizados diretamente pelo Estado. Assim, o custo *per capita* do aluno foi obtido após dividir o número de alunos atendidos pelo total de recursos aplicados no período de um ano. O estudo, porém, não pormenorizou as subfunções da educação, não contemplou todos os aspectos legais da PPP, nem realizou uma comparação entre os elementos da infraestrutura.

Estudos futuros poderão mostrar os resultados da PPP (caso ela seja, de fato, realizada), fazer uma análise mais extensa baseada em cada uma das subfunções da educação, comparar a infraestrutura das escolas construídas pela PPP e as unidades de ensino construídas diretamente pelo Estado e, ainda, verificar o desempenho dos alunos.

Apesar da suspensão do Edital de Concorrência ainda é importante verificar a viabilidade financeira das PPPs. O crescente aumento das discussões sobre o papel do Estado e as opções políticas sinalizadas pelo candidato eleito como o novo Governador de Minas Gerais demonstram que esse assunto é cada vez mais atual.

Por fim, vale considerar que ser eficiente é também utilizar os recursos públicos com economicidade. Dessa forma, se o Estado gasta mais através de uma parceria público-privada, é necessário questionar se a qualidade do gasto e os resultados do mesmo valem o acréscimo, sobretudo ao se considerar o longo prazo da concessão.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Diego Severino Rossi de Oliveira e a Liliane Maria Barbosa da Silva Resende pela valorosa contribuição para o enriquecimento deste artigo.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 173-200.

BARBOSA, Maria Eugênia F.; FERNANDES, Cristiano. A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série. In: FRANCO, Creso (Org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 121-153.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2018a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **De onde vêm os recursos do Fundeb?** Brasília, 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/128-perguntas-frequentes-911936531/fundeb-1960787641/142-de-onde-vem-os-recursos-do-fundeb>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundeb – Apresentação.** Brasília, 2018c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar 2017.** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 21-38.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público.** Brasília, n. 56, p. 7-21, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1442/1/2005%20Vol.56%2cn.1%20Brito%20e%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Estado mínimo x Estado máximo: o dilema. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado.** Salvador, n. 12, p. 1-18. dez./jan./fev. 2008. Disponível em: <[http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/230525/mod\\_forum/attachment/327523/RERE-12-DEZEMBRO-2007-JOSE%20DOS%20SANTOS%20CARVALHO.pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/230525/mod_forum/attachment/327523/RERE-12-DEZEMBRO-2007-JOSE%20DOS%20SANTOS%20CARVALHO.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **O que o município precisa saber.** 5. ed. Brasília, CMN, 2017. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2869>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CORAZZA, Gentil; KREMER, Rodrigo L. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. **Análise Econômica.** Porto Alegre, n. 39, p. 65-87, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25307/000386977.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública:** concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 1996.

DWECK, Ruth Helena. O movimento de privatização dos anos oitenta: reais motivos. **Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 145-170, dez. 2000. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/378>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FRANCO, Viviane Gil; PAMPLONA, João Batista. Alocação de riscos em parcerias público-privadas no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v. 39, n. 1, jan./mar. 2008. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/449/354>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARTINS, Ana Luisa Ferreira. **Parcerias Público-Privadas: uma solução para a educação brasileira?** 2015. Rio de Janeiro, 2015. 38 f. Monografia. Departamento de Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Ana\\_Luisa\\_Ferreira\\_Martins.pdf](http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Ana_Luisa_Ferreira_Martins.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <[http://www.setop.mg.gov.br/images/documentos/Lei\\_14868\\_2003.pdf](http://www.setop.mg.gov.br/images/documentos/Lei_14868_2003.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. **Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://www.transparencia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Portal de Gestão de Conteúdo do Programa de Parceria Público-Privada do Estado de Minas Gerais. **Projetos de PPP concluídos.** Belo Horizonte, 2016a. Disponível em: <<http://www.ppp.mg.gov.br/sobre/projetos-de-ppp-concluidos>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Editais de concorrência pública.** Belo Horizonte, 2017a. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/MINUTA%20DO%20EDITAL%20DE%20CONCORR%C3%84NCIA.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Editais de concorrência pública: anexo I - minuta de contrato de concessão administrativa - lote.** Belo Horizonte, 2017b. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/ANEXO%20I%20-%20MINUTA%20DE%20CONTRATO%20DE%20CONCESS%C3%83O%20ADMINISTRATIVA.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Editais de concorrência pública: anexo II – definições da concessão administrativa.** Belo Horizonte, 2017c. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/ANEXO%20II%20DEFINI%C3%87%C3%95ES%20DA%20CONCESS%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Editais de concorrência pública: anexo VI – obrigações mínimas de prestação de serviços.** Belo Horizonte, 2017d. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/ANEXO%20VI%20-%20OBRIGA%C3%87%C3%95ES%20M%C3%8DNIMAS%20DE%20PRESTA%C3%87%C3%83O%20DOS%20SERVI%C3%87OS.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Editais de concorrência pública: anexo X – plano de negócios referencial.** Belo Horizonte, 2017e. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/ANEXO%20X%20PLANO%20DE%20NEG%C3%93CIOS%20REFERENCIAL.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Editais de concorrência pública: consulta pública – retificação 01.** Belo Horizonte, 2017f. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RETIFICA%C3%87%C3%83O%2001%20-%20EDITAL%20DE%20CONCORR%C3%84NCIA%20P%C3%94BLICA%20-%20CONSULTA%20P%C3%94BLICA.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE nº 3205, de 26 de dezembro de 2016.** Estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e a designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação Básica a partir de 2017 e dá outras providências. Belo Horizonte, 2016b. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3205-16-r.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RODRIGUES, Bruno da Costa Lucas. **Avaliação do impacto da utilização de parceria público-privada para a construção e operação de unidades municipais de educação infantil em Belo Horizonte.** 2015. 129 f. Dissertação (mestrado) - Mestrado profissional em Administração Pública, Escola brasileira de administração pública e de empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15197>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Sind-UTE/MG. Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. **Sind-UTE/MG informa especial**, Belo Horizonte, n. 164, fev. 2018. Disponível em: <<http://sindutemg.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Informa-164-web.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOARES NETO, Joaquim José *et al.* Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOUTO, Rita de Cássia Costa. **Parcerias público-privadas: reflexão sobre o instituto no direito brasileiro.** 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito Público, Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <[http://server05.pucminas.br/teses/Direito\\_SoutoRC\\_1.pdf](http://server05.pucminas.br/teses/Direito_SoutoRC_1.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem 2, 3, 5, 9, 11, 13, 14, 20, 23, 38, 54, 55, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 88, 91, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 184, 190, 191, 196, 197, 198, 202, 204, 210, 213, 222, 224, 228, 229, 236, 248, 249, 251, 252, 253, 255

Arqueologia Militar 134

Atividades Lúdicas 215, 217

Atmosfera Terrestre 222, 223, 224, 225, 226, 229

### C

Cidadania 13, 49, 55, 84, 96, 123, 125, 164, 173, 174, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 196, 251

### D

Deficiência Intelectual 69, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 107, 204

### E

Educação Ambiental 12, 13, 14, 17, 18, 19

Educação do Campo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Educação e Saúde 214, 215, 217

Educação e Tecnologia 111, 114, 117

Educação Pública 37, 43, 57, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Ensino Fundamental 11, 13, 14, 16, 32, 69, 94, 98, 109, 124, 159, 160, 164, 171, 204, 205, 208, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 239, 240, 241

Ensino Religioso 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 123, 124, 125, 158, 159, 160, 163, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 219, 222, 224, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 243, 244, 246, 252, 253, 254, 255

Expansão 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 118, 162, 163, 180

Experimento Didático 127

### F

Formação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 49, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 107, 112, 117,

118, 119, 121, 123, 124, 125, 158, 173, 174, 176, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 216, 223, 226, 227, 228, 229, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255  
Formação de Professores 7, 22, 23, 26, 81, 82, 112, 117, 188, 189, 193, 198, 203, 254, 255  
Fortificação 134, 157

## **G**

Gases 127, 128, 130, 131, 143, 144

Gestão da Educação 46, 48, 54, 55

## **I**

Ímãs 127, 128, 129, 130, 131

## **J**

Justiça Curricular 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

## **M**

Microbiologia 247, 248, 249, 250, 251, 252

Monitoria 248

## **O**

Opressão 27, 30, 31, 32, 33, 34

Oprimido 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

## **P**

Pandemia do Coronavírus 36, 37, 41, 44

Papéis Sociais 36, 43

Política 4, 5, 7, 10, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 68, 70, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 106, 120, 125, 158, 174, 175, 176, 181, 193, 197, 200, 206, 209, 212, 216, 217, 220, 233

Políticas Públicas 3, 5, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 68, 83, 84, 88, 89, 99, 109, 173, 174, 175, 185, 200, 204, 205, 209, 210, 213, 217, 236, 255

Pós-Graduação 34, 46, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 83, 111, 115, 158, 193, 200, 213, 246, 254, 255

Práticas Curriculares 92, 93

Práticas Pedagógicas 7, 47, 69, 72, 78, 81, 96, 118, 197, 249

Privatização 58, 62, 66, 67, 83, 84, 85, 86, 87, 234, 244

Psicologia Educacional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

## **R**

Relação Escola-Família 100, 101, 103, 106

## **S**

Sustentabilidade 11, 12

## **T**

Tecnologia 1, 2, 7, 9, 58, 63, 87, 111, 114, 117, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 230, 248, 249, 252, 253, 254

Teorias do Currículo 188, 189, 198, 199

## **V**

Viabilidade Financeira 231, 242, 243

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

## *3*



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# *Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira*

## *3*



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)